



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ATA N.º 7 – 2014

Assunto: Sétima reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 9 de Julho de 2014, pelas 10.00 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico (CA):

Membros docentes:

Professor Doutor João Pedro Oliveira Miranda
Professor Doutor Nuno Filipe Abrantes Leal Cunha Rodrigues
Professora Doutora Maria Paula Reis Vaz Freire
Professor Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde

Membros não docentes:

D.ª Conceição Feiteiro
Dr. Miguel Martins

Membros Discentes:

Senhor André Pinto
D.ª Maria Desidério (que, nesta reunião, substituiu o Senhor Edilson dos Santos)
D.ª Graça Silveira
Senhor José Miguel Antunes Martins Vitorino

Também participaram na reunião a Chefe de Gabinete do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr.ª Heloísa Duarte Oliveira e, nos termos estatutariamente previstos, sem direito de voto, a Diretora Executiva da Faculdade, Dr.ª Ana Paula Carreira e o Senhor Pedro Gonçalves, Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

A reunião obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 2) Preparação do próximo ano letivo (incluindo aspetos administrativos conexos com a distribuição do serviço docente);

F. Duarte Pinheiro
JDP



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 3) Horário de abertura e fecho das unidades administrativas;
- 4) Projeto de protocolo com a AAFDL e a AAAFDL relativo à atribuição de apoios sociais;
- 5) Obras nas instalações da Faculdade: remodelação do 3.º piso para instalação do Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios e do Gabinete de Consultoria Jurídica, climatização da Sala de Leitura (2.º piso) e recuperação dos espaços de arquivo da Divisão Académica;
- 5.A) Plano de Atividades e Orçamento para 2015;
- 6) Outros assuntos.

1) Aprovação da Ata da reunião anterior

Aberta a sessão, foi posta à votação a Ata da reunião anterior, tendo a Conselheira Conceição Feiteiro proposto a alteração do ponto “Outros” do Projeto de Regulamento das Unidades Administrativas e de Gestão, de forma a fazê-lo corresponder à proposta que oportunamente apresentara, o qual deve incluir a seguinte menção: Atividades gerais/Serviços Auxiliares (Inclusão das tarefas de apoio ao pessoal docente, aulas, distribuição de correio).

A Ata foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta pela Conselheira Conceição Feiteiro, que deverá constar também do correspondente Anexo.

2) Preparação do próximo ano letivo (incluindo aspetos administrativos conexos com a distribuição do serviço docente)

O Diretor informou que, não obstante ter disponibilizado os elementos necessários a todos os Grupos em Abril do corrente ano, ainda não é conhecida uma proposta de distribuição do serviço docente no Grupo de Ciências Jurídicas para o ano letivo de 2014-2015 suscetível de ser aprovada, o que está a causar incerteza quanto ao funcionamento do próximo ano letivo, sendo desejável que tal proposta seja apresentada na próxima reunião do Conselho Científico, a realizar ainda este mês.

O Conselheiro Rui Ataíde perguntou se uma das razões que explica o atraso na distribuição se prende com os limites da carga horária dos Assistentes convidados e solicitou um esclarecimento sobre se continua a aplicar-se a bonificação de 50% no serviço docente prestado a partir das 20.00 h.

R. Ataíde



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Diretor afirmou que uma proposta anterior do Grupo de Ciências Jurídicas onerava especialmente os Assistentes convidados; esclareceu que a bonificação de 50% no serviço docente prestado a partir das 20.00h se aplica apenas aos docentes de carreira e não aos convidados; e que, apesar das dificuldades de organização do Grupo de Ciências Jurídicas que se observam quanto ao próximo ano letivo, a Direção mantém o propósito de iniciar a preparação do ano letivo subsequente, de 2015-2016, ainda durante o corrente ano civil.

O Conselheiro João Miranda elogiou o esforço do Diretor no sentido de regularizar a distribuição do serviço docente segundo critérios de igualdade, exprimindo também a sua oposição à existência de coregências na Licenciatura e Mestrado, sobretudo, nas turmas com poucos alunos. Salientou ainda a gestão inadequada da distribuição do serviço docente, gerando um número elevado de pedidos de dispensa para elaboração de teses de doutoramento precisamente no último ano em que esses pedidos podem legalmente ser feitos, em paralelo com as licenças sabáticas, as quais devem, se necessário, ser preteridas.

A Conselheira Conceição Feiteiro esclareceu que o regime transitório da carreira em relação aos assistentes cujos pedidos de dispensa tenham sido recusados por conveniência de serviço, lhes confere o direito de prorrogarem os respetivos contratos em um ano, por cada recusa de dispensa que se tenha baseado naquele fundamento.

3) Horário de abertura e fecho das unidades administrativas

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, tomou a palavra para propor que o período de atendimento ao público da Divisão Académica sofresse uma ligeira alteração, de modo a servir mais adequadamente os interesses dos alunos do curso pós-laboral, passando a funcionar às Terças e Quintas-Feiras entre 14.30 h e as 20.00 h, em lugar do horário atual entre as 13.00 h e as 18.30 h, mantendo-se o atual período de atendimento das Segundas, Quartas e Sextas-Feiras entre as 11.00 h e as 16.00 h.

O Conselheiro Miguel Martins expressou a sua simpatia por esta ideia, em atenção aos interesses dos alunos do curso pós-laboral, embora salientasse que quase todos os atos académicos podem atualmente ser realizados através da Secretaria Virtual, além de os inquéritos anteriores revelarem que a alteração proposta não constituía um objetivo prioritário dos alunos. De todo o modo, concordou que a ideia fosse apresentada ao Diretor para ser apreciada a sua viabilidade.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, interveio para recordar que nem todos

P. Gonçalves



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

os atos podem ser realizados através da Secretaria Virtual, como é o caso das fotocópias de provas.

O Conselheiro José Vitorino afirmou que os alunos da noite se sentem descredibilizados, por não disporem das mesmas estruturas de apoio do curso diurno, requerendo tão-só que a Secretaria esteja aberta no intervalo de 20 minutos que separa o fim das aulas teóricas do início das aulas práticas.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, declarou que os horários da Biblioteca, Secretaria e outros Serviços estão pensados para servir sobretudo os interesses dos alunos do curso diurno.

O Diretor da Faculdade chamou a atenção para a importância de se assegurar a conciliação da vida profissional dos funcionários com a sua vida pessoal, bem como uma boa utilização das capacidades da Secretaria Virtual, referindo também que as respostas dos alunos a anteriores inquéritos sobre as prioridades do funcionamento da Faculdade não contemplavam a proposta agora apresentada, embora lançasse para a discussão a possibilidade de se organizar um inquérito on-line para auscultar a vontade atual dos estudantes do pós-laboral.

A Conselheira Maria Desidério observou que há uma franja dos alunos do curso noturno que não têm acesso à Secretaria Virtual, por falta de aptidões informáticas, dando ainda como exemplo de diferenciação das condições de funcionamento do curso noturno que este não tem um intervalo de 20 minutos entre as aulas teóricas e práticas, ao contrário do diurno, o qual poderia servir para os alunos jantarem ou tomarem uma refeição ligeira.

O Conselheiro Miguel Martins reafirmou a sua simpatia pela proposta apresentada e a necessidade de ser ponderada a respetiva viabilidade.

O Conselheiro André Pinto insistiu no facto de os representantes discentes terem um “feed-back” muito intenso do problema, que lhes dado pelos próprios alunos. a eventual falta de comunicação entre os alunos do pós-laboral e os serviços da faculdade decorre da própria falta de apoio que uma franja destes estudantes sente, ao não ter ao seu dispor serviços de atendimento ao público em horários mais alargados. Esta deficiência poderia ser suprida com a adesão à proposta apresentada, que não implica um aumento do número de horas de atendimento (respeitando as dificuldades ao nível de pessoal) mas sim um ligeiro ajustamento.

A Conselheira Graça Silveira referiu que os alunos do pós-laboral, justamente pelo horário de funcionamento do seu curso, nem sempre sabem onde se dirigir para solucionarem os

R. A. T. de JDP



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

seus problemas, algo que poderia ser resolvido facilmente com o atendimento presencial na secretaria. Considerou não ser necessária a realização de um inquérito sobre esta matéria, visto esta questão ser expressamente mencionada pelos alunos do turno da noite em diversos contextos e afirmou que a Faculdade não se pode escusar a prestar um serviço básico aos seus estudantes, salientando que o intuito da proposta seria otimizar os recursos da secretaria através de um ajuste no horário tendo em vista uma maior eficiência do serviço de atendimento prestado aos alunos.

O Conselheiro José Vitorino observou que os inquéritos on-line têm uma fraca afluência de respostas, dando como exemplo o inquérito em curso sobre as atividades letivas, em que a participação dos alunos se revela excepcionalmente baixa. Concluiu a sua intervenção, defendendo que, a haver inquérito, se deveria optar por um inquérito presencial, dispondo a AAFDL de boa capacidade de resposta e mobilização para conseguir uma elevada participação estudantil.

O Diretor da Faculdade efetuou uma síntese das intervenções realizadas, chamando a atenção para a necessidade de a implementação da proposta ter que ser estudada em face dos diversos fatores que a condicionam.

O Conselheiro João Miranda referiu-se igualmente à necessidade de se efetuar uma ponderação cuidada da proposta, a qual não se lhe afigura contudo constituir uma prioridade no funcionamento da Faculdade, atendendo à forte e múltipla capacidade de resposta da Secretaria, quer em termos materiais, quer por intermédio de procedimentos informáticos.

A Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira, afirmou que, a seu ver, os alunos deviam reivindicar a total digitalização dos procedimentos, observando que a proposta inverte, de algum modo, a evolução inevitável no sentido da informatização integral dos procedimentos.

A Conselheira Paula Vaz Freire observou que os inquéritos presenciais podem ter mais afluência que os inquéritos on-line mas suscitam sérias dificuldades de tratamento e fiabilidade dos dados.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, declarou que o impacto da proposta poderia ser estudado pela Divisão Académica, a fim de o assunto ser objeto de deliberação na próxima reunião do Conselho Académico.

4) Projeto de protocolo com a AAFDL e a AAAFDL relativo à atribuição de apoios

R. H. Q. JDF



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

sociais

O Diretor expôs a razão determinante da Faculdade celebrar um Protocolo com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e a Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa, que se propõe reger a atribuição de bolsas de apoio anual e apoio específico, no âmbito do Programa Alumni Solidário, a estudantes que se encontrem em situação de carência económica. Chamou ainda a atenção para o artigo 2º, n.º 1, alínea a), que condiciona a concessão de apoios aos estudantes que não sejam bolseiros da Acção Social no Ensino Superior ou beneficiem de qualquer outro sistema de bolsas.

A Conselheira Maria Desidério pediu esclarecimentos sobre a articulação dos prazos das candidaturas com o processo e o tempo de decisão das bolsas de estudo, os quais foram prestados pela Chefe de Gabinete do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr.ª Heloísa Oliveira.

A Conselheira Paula Vaz Freire perguntou como ia ser assegurado o financiamento destas bolsas de apoio, saudando mais esta iniciativa no sentido de complementar o sistema de apoios sociais.

Tendo em conta o facto de já se estar em Julho, o Diretor observou que se afigura necessário admitir este ano que, excepcionalmente, o prazo de candidatura decorra mais tarde do que está previsto no artigo 5º, n.º 1, mais precisamente entre 1 de Agosto e 15 de Setembro.

Foi aprovado por unanimidade o texto do Projeto de protocolo com a AAFDL e a AAAFDL relativo à atribuição de apoios sociais, com a referida ressalva (quanto ao prazo de candidatura no ano de 2014) e a sua próxima celebração.

5) Obras nas instalações da Faculdade: remodelação do 3.º piso para instalação do Centro de Arbitragem e de Resolução e Litígios e do Gabinete de Consultoria Jurídica, climatização da Sala de Leitura (2.º piso) e recuperação dos espaços de arquivo da Divisão Académica

O Diretor explicou as linhas gerais a que obedecerão as obras de remodelação do 3º piso da Faculdade, especificando as valências que aí passarão a funcionar, designadamente, o Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios e o Gabinete de Consultoria Jurídica, chamando ainda a atenção para a importância de estas unidades técnico-científicas se proporem a prestação de serviços à comunidade e, nesse contexto, a captação de receitas

PAULA VZ FREIRE



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

próprias para a Faculdade. A propósito, deu a palavra ao Prof. Doutor João Miranda, agradecendo na mesma ocasião o contributo dado no domínio em apreço.

O Conselheiro João Miranda observou que alguns dos espaços em causa se encontram atualmente inaproveitados, permitindo as obras projetadas a sua abertura ao público, podendo estas entidades gerar receitas significativas, embora tudo dependa do modo como forem geridas. E explicou que a remodelação do 3º piso para a instalação do Centro de Arbitragem e de Resolução e Litígios e do Gabinete de Consultoria Jurídica pressupõe a transferência dos documentos dos serviços da Faculdade que em tal piso se encontram arquivados para outro local, tendo sido já encontrada uma solução para o arquivo da Divisão Académica.

A Conselheira Graça Silveira saudou a relevância das bolsas de mérito concedidas pelo Gabinete de Consultoria Jurídica.

Em face das dúvidas suscitadas por alguns Conselheiros, o Diretor e o Conselheiro João Miranda esclareceram que estas obras não implicam o sacrifício da obra de ampliação da Faculdade, a qual apenas carece de autorização do Ministério das Finanças.

A Conselheira Conceição Feiteiro chamou a atenção para a necessidade de substituição das janelas do edifício antigo, dado o estado de degradação em que se encontram. O Conselheiro João Miranda destacou os custos dessa eventual empreitada, embora reconhecesse que o problema deva ser ponderado.

Encerrada a discussão, foi aprovada por unanimidade a remodelação do 3º piso da Faculdade.

Relativamente à climatização da Sala de Leitura, o Diretor declarou que se tratava de um assunto cuja importância justificou igualmente uma análise, tendo solicitado ao Prof. João Miranda que comunicasse ao Conselho Académico as conclusões alcançadas.

O Prof. Doutor João Miranda referiu-se às possíveis técnicas de assegurar a climatização da sala, tendo indicado como preferível aquela que conjuga ar condicionado e substituição de janelas, com um custo provável de obra no valor de cerca de 40.000 euros.

Ouvidos vários membros do Conselho Académico, que manifestaram opinião favorável à realização destes trabalhos de climatização, o Diretor disse que resta apenas verificar se são viáveis na perspectiva do Conselho de Gestão.

5.A.) Plano de Atividades e Orçamento para 2015

R. Almeida JD



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Diretor efetuou uma apresentação introdutória do documento, explicando a sua estrutura em traços gerais e sublinhando as dificuldades que a instabilidade do Orçamento do Estado cria à elaboração do Orçamento da Faculdade, dificuldades que tiveram de ser superadas mediante a previsão de dois cenários.

Relativamente ao Gabinete de Saídas Profissionais, a Conselheira Graça Silveira perguntou se estava prevista alguma decisão sobre o que fazer, quando cessar a bolsa da Dr.^a Sara Santos. Diretor respondeu que o Gabinete de Saídas Profissionais foi entretanto reforçado por uma funcionária (no âmbito da mobilidade interna), a Dr.^a Sandra Fraga, partilhada com o Gabinete de Responsabilidade Social, pelo que já se fez algo para prevenir as consequências da eventual cessação da bolsa da Dr.^a Sara Santos.

A Conselheira Conceição Feiteiro, apesar de reconhecer a importância de que se reveste a elaboração de um Plano de Atividades e louvar a sua apresentação, informou que não podia votá-lo favoravelmente em virtude de discordar que duas unidades orgânicas partilhem o tratamento dos vencimentos, porque em comparação com o tempo em que os vencimentos eram apenas feitos na Faculdade, a troca de informações para o procedimento era mais fluida, logo mais eficaz; este processo é mais complicado, menos célere, podendo dar origem a um maior número de erros e a maior demora nas correções e alterações. Além disso, não está especificada a afetação de pessoal não docente a cada serviço, não podendo também concordar com o esvaziamento funcional de alguns Serviços. Terminou a sua intervenção, perguntando como irão os Serviços Auxiliares integrar o Gabinete de Apoio à Gestão e chamando a atenção para as opções que têm vindo a ser tomadas quanto ao pessoal não docente.

A Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira e a Chefe de Gabinete do Diretor, Dr.^a Heloísa Oliveira, responderam à intervenção da Conselheira Conceição Feiteiro, esclarecendo designadamente que, na medida das possibilidades (em especial, face aos obstáculos levantados pela Reitoria da Universidade de Lisboa), vai ser reforçado o pessoal não docente.

A Conselheira Conceição Feiteiro propôs a inclusão de uma referência ao preenchimento de lugares no quadro, bem como a valorização profissional dos funcionários com habilitações académicas de base.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, tomou a palavra para se referir à diminuição das despesas de representação e ao reforço do investimento publicitário, perguntando se abrangia a divulgação por Merchandising. Requereu ainda a revalorização

JDF
R. Silva



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

do espaço ao lado da Gráfica da AAFDL, melhorando as suas condições de acesso e de segurança, designadamente, pela instalação de holofotes dotados de sensores de movimentos. O Diretor esclareceu as questões suscitadas e respondeu que a possibilidade de reforço de segurança ia ser ponderada.

O Conselheiro João Miranda felicitou o Diretor pela apresentação e pelo conteúdo do Plano de Atividades, deduzindo contudo um reparo sobre a expressão “elevado número de alunos, em todos os ciclos de estudos, ameaça a excelência do ensino”, constante da pág. 3, porque o diagnóstico efetuado se encontra desajustado face à realidade, pelo menos no segundo e terceiro ciclos em que não se verifica nenhuma massificação e em que a Faculdade se deve esforçar por captar cada vez mais alunos. Além do mais, a orientação em causa contrariava a recente deliberação do Conselho Científico, que alargou o leque de cursos de mestrado e de doutoramento, a sujeitar a acreditação e cujo funcionamento se iniciará no ano letivo de 2015/2016. Salientou ainda que o objetivo de excelência no ensino não deve ser confundido com a sua elitização.

O Conselheiro Miguel Martins saudou a apresentação do Documento, considerando-o um instrumento essencial para os Serviços, realçando o reforço e a valorização do pessoal não docente e chamando a atenção para o significado da próxima entrada em funcionamento do novo sistema informático da Universidade de Lisboa, FENIX.

A Conselheira Conceição Feiteiro propôs que no espaço de cada serviço no site da Faculdade fossem inseridas as perguntas mais frequentes e as respetivas respostas.

O Conselheiro André Pinto saudou a apresentação do Plano de Atividades para 2015, que considerou ambicioso, pelos diferentes objetivos perseguidos, mas louvável porque apesar do agravamento das condições económicas motivadas pelos cortes no Ensino Superior, a Faculdade não se desviou do seu caminho de contínuo crescimento e afirmação enquanto Escola de excelência e referência. Destacou ainda a aposta no marketing e imagem da Faculdade, na internacionalização e principalmente na criação de uma rede de apoio ao estudante. Sobre o orçamento, o Conselheiro André Pinto questionou se a redução de aproximadamente 60 000€ em segurança e vigilância implicava algum tipo de decréscimo na sua qualidade e eficiência. A Sra. Professora Paula Vaz Freire, que aproveitou a oportunidade para também felicitar o Diretor pela apresentação do Plano de Atividades e o Diretor referiram que se tratava de uma renegociação que ainda não estava concluída e que daí não resultaria qualquer redução na qualidade desses serviços.

R. de J.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 foi aprovado na generalidade com parecer favorável de todos os membros do Conselho Académico.

6) Outros assuntos

A Conselheira Conceição Feiteiro tomou a palavra para se pronunciar sobre a revalorização dos funcionários, solicitando que fosse analisada a resposta do Reitor da Universidade de Lisboa para avaliar se existe alguma possibilidade de preenchimento do lugar de Chefe de Divisão da Biblioteca.

Concluídos os trabalhos, o Diretor marcou a próxima reunião do Conselho Académico para o dia 17 de Setembro às 10.00 horas.

O Presidente do Conselho

Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro

O Secretário

Professor Doutor Rui Ataíde